

O ESTADO E O PODER DE CLASSE DOS GESTORES.

João Alberto¹

RESUMO: Apresento neste artigo uma reflexão sobre o conjunto da obra teórica de João Bernardo, historiador marxista português, e enfatizando a centralidade conceitual dos Gestores (tecnocracia) como classe dominante capitalista e o seu poder institucional de controle do processo produtivo capitalista, tanto na organização das condições gerais de produção, sob a mediação institucional do Estado Restrito (Poder Público), como no controle da produção e realização da mais-valia, sob a mediação institucional do Estado Amplo (Empresas).

PALAVRAS-CHAVE: Gestores. Estado Restrito. Estado Amplo.

ABSTRACT: In this paper I present a discussion and reflect upon the theoretical work of João Bernardo, a Portuguese Marxist historian. Emphasis is given on the concept of managers (technocracy) as a dominant capitalist class and their institutional power over the process of the capitalist mode of production. I also further discuss the general organization of the conditions under which production occurs, being it mediated by the institutional Restricted State (public power); or on the control of production and the attainment of surplus value, mediated by the institutional Wide State (companies)

KEYWORDS: Managers. Restricted State. Wide State

¹ Professor Adjunto na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutor em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: joaacpinto@yahoo.com.br

Apresento neste artigo uma breve reflexão sobre o conjunto da obra teórica de João Bernardo, historiador marxista português, e enfatizando a centralidade conceitual dos Gestores (tecnocracia) como classe dominante capitalista e o seu poder institucional de controle do processo produtivo capitalista, tanto na organização das condições gerais de produção, sob a mediação institucional do Estado Restrito (Poder Público), como no controle da produção e realização da mais-valia, sob a mediação institucional do Estado Amplo (Empresas). Trata-se de um artigo de descrição conceitual cujo propósito é o de se apresentar como uma introdução ao universo temático-conceitual do *marxismo bernardiano*. Para efeito de melhor justificar o sentido historiográfico da matriz conceitual do autor, antecedo essa exposição com uma notícia da trajetória política do autor e uma apreciação global da sua produção bibliográfica.

João Bernardo Maia Viegas Soares nasceu em 1946 na cidade do Porto em Portugal. Em 1966, foi impedido judicialmente de estudar em qualquer Universidade portuguesa, vítima de uma condenação imposta pelo Supremo Tribunal de Justiça por causa de uma suposta agressão ao reitor da Universidade de Lisboa, acontecida em 01 de abril de 1965, quando o autor era aluno do primeiro ano do Curso de História na Faculdade de Letras. Desse acontecimento, na verdade uma discussão com o reitor e não uma agressão – houve luta corporal com dois funcionários que impediram a aproximação de João Bernardo ao reitor, elaborou-se extenso processo administrativo que culminou, em 1966, com a sentença da expulsão de todas as universidades pelo período de oito anos. Mesmo impedido de frequentar instituições acadêmicas, João Bernardo manteve-se clandestinamente no meio estudantil, como um dos principais articuladores das lutas de resistência contra o regime fascista português. Em meados de 1968, pela repressão imposta pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) - órgão máximo da repressão fascista do regime salazarista - contra as agremiações políticas dos estudantes decidiu-se pelo exílio em Paris.²

² Sobre o processo de expulsão de João Bernardo e a defesa do seu advogado (seu pai) consultar: SOARES, Álvaro. *Recurso do estudante João Bernardo*

Era militante do PCP (Partido Comunista Português), mas nessa conjuntura (1965-1968) já estava sob a influência do programa comunista dissidente desenvolvido pelo “Camarada Campos” (Francisco Martins Rodrigues). Um programa apresentado na revista *Revolução Popular* (editada por Martins Rodrigues) e que teria como corolário a organização comunista maoísta do CMLP (Comitê Marxista Leninista Português).³ João Bernardo esteve sob a influência do programa de Martins Rodrigues, mas manteve-se vinculado ao PCP (até 1966, quando o abandona) e, diante da heterodoxia do programa de Martins Rodrigues, organizou no interior do CMLP (quando já estava exilado em Paris a partir de agosto de 1968), no período de 1968 a fins de 1969, um programa teórico político em defesa de um “maoísmo libertário”. Programa que teve como corolário institucional a organização dos Comitês Comunistas Revolucionários (CCRs), práticas que o levaram ao rompimento político definitivo com o PCP e ao rompimento ideológico com o CMLP. De volta clandestinamente a Portugal, foi preso três vezes por atuar no SCIP (Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda), órgão federativo estudantil, não reconhecido oficialmente pela legislação estatal,

Maia Viegas Soares da pena disciplinar de oito anos de exclusão de todas as escolas nacionais. Lisboa: Edição do Autor, 1966, 74 p.; e ainda, SOARES, Álvaro. *Para o pleno: reclamação do despacho que não admitiu o recurso do Estudante João Bernardo Maia Viegas Soares do Acórdão que confirmou a pena disciplinar de oito anos de exclusão de todas as escolas nacionais.* Lisboa: Edição do Autor, 1968, 59 p.

³ Sobre a conjuntura política e os impasses da esquerda portuguesa nas décadas de 1960 e 1970, consultar, entre outros, os trabalhos de: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974).* Lisboa: Notícias Editorial, 2004 (especialmente o capítulo dois – “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda” de João MADEIRA, p. 91-135); CARDINA, Miguel. *A esquerda radical.* Coimbra: Editora AngelusNovus, 2010; MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006; e SECCO, Lincoln. *A revolução dos cravos e a crise do império colonial português.* São Paulo: Alameda, 2004. Os volumes da *Revista Revolução Popular* foram reeditados por Francisco Martins RODRIGUES em edição fac-símile: Comitê Marxista-Leninista Português. *Revolução Popular. Edição completa, 1964-1965.* Lisboa: Edições Voz do Povo, 1975.

pois só permitia associações acadêmicas restritas às unidades de ensino. Ali organizou várias “células” políticas formalmente próximas do CMLP que, no entanto, acabaram por se constituir como a base futura dos CCRs, que o autor organizou no exílio.⁴ João Bernardo esteve sob a influência do programa de Martins Rodrigues (manteve-se vinculado ao PCP até 1966, quando o abandona) e diante da heterodoxia do programa comunista maoísta organizou no interior do CMLP (quando já estava exilado em Paris, a partir de agosto de 1968), no período de 1968 a fins de 1969 um programa teórico político em defesa de um “maoísmo libertário” que teve como corolário institucional a organização dos Comitês Comunistas Revolucionários (CCRs), práticas dissidentes que também o levaram ao rompimento político definitivo com o CMLP.

Numa afirmação bastante simplificada pode-se afirmar que as principais matrizes teóricas e políticas do comunismo português do período (1965-1974) poderiam ser descritas sob o acento das intervenções de Álvaro Cunhal (PCP), de Martins Rodrigues (CMLP) e de João Bernardo (CCRs). Em Paris, João Bernardo (sob o pseudônimo de “Tiago”) organizou os CCRs e junto a eles firmou marca teórico-política para o marxismo português centrada num leninismo-maoísta radical exposta numa série de artigos – “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” – que escreveu em *Viva o Comunismo!*, periódico dos CCRs.⁵

⁴ Outras informações sobre a trajetória de João Bernardo no movimento estudantil clandestino estão em LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge e PENA, Paulo. *Grandes Planos – Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora / Associação 25 de abril, 2001, p. 115-125 e 166-168.

⁵ Essa série tem ao todo quatro artigos escritos por João Bernardo (artigos não assinados) apresentados na seguinte ordem cronológica: **1**) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” – 1ª. parte: limitações e promessas no despontar de uma nova etapa do movimento revolucionário (de janeiro de 1964 a dezembro de 1965). *VIVA O COMUNISMO!*, n 02/03, Paris / Lisboa, pp. 02-28, jul-ago, 1970; **2**) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (continuação) – 2ª parte: a degenerescência dogmática – origem e efeitos (de princípios de 1966 a fins de 1968). *VIVA O COMUNISMO!*, Paris / Lisboa, n 04, p. 18-42, maio, 1971; **3**) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (continuação) – 3ª parte: as cisões (de 1966 a 1969-1970). *VIVA O*

Sob a determinação desse debate programático organizacional no campo da extrema-esquerda, o autor construiu os primeiros movimentos do seu modelo teórico marxista heterodoxo. Esse modelo, que logo assinalaria o seu rompimento com as diretrizes do stalinismo pecepista, era organizado politicamente como uma frente democrática antifascista, assim como com o maoísmo do CMLP era organizado em torno de um projeto de revolução classista (operários e camponeses) armada contra o regime fascista salazarista. E também demarcaria, em fins de 1972, os indicativos de ruptura com o maoísmo dissidente dos CCRs.

De um leninismo radical que defendera como modelo de prática política ideal junto aos CCRs, no período de 1973 a 1974, por causa dos resultados teóricos do esforço investigativo que envidou sobre a política comunista portuguesa, a política institucional do comunismo internacional (em especial o modelo chinês) e, fundamentalmente, sobre as novas composições das classes dominantes portuguesas no momento do governo de Marcelo Caetano (1968-1974), João Bernardo aponta o seu rompimento com a tradição marxista-leninista ortodoxa e desenvolve então as bases teóricas de um comunismo heterodoxo de práticas institucionais autogestionárias. A primeira versão global desse novo modelo teórico-prático do autor aparece publicada em 1975 com o livro *Para uma teoria do modo de produção comunista*,⁶ o documento maior do movimento

COMUNISMO!, Paris / Lisboa, n 05, p. 27-51, maio, 1972; 4) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos (conclusão) – 4ª parte: a situação actual – grandes tendências e a clarificação de posições”. VIVA O COMUNISMO!, Paris / Lisboa, n 06, p. 02-34, agosto, 1972.

⁶ BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975. Este livro foi parcialmente redigido ainda em Paris, em 1972. O livro foi traduzido na Espanha em 1976. O autor republicou em 1978, em português, o importante prefácio que fez à edição espanhola – consultar: BERNARDO, João. A propósito da teoria do modo de produção comunista. *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*, n. 02, Porto, Afrontamento, 1978, p. 99-105. Para uma definição historiográfico-conceitual do comunismo libertário ou autogestionário como prática política do marxismo europeu nas décadas de 1960 e 1970, consultar: CLEAVER, Harry. *Leitura política de O Capital*. São Paulo: Zahar Editores, 1981, especialmente a primeira parte (p. 11-86).

comunista libertário português representado nas práticas do coletivo reunido em torno do jornal *Combate*. Do reformismo capitalista do PCP, das contradições do maoísmo, do fracasso da Revolução Cultural Chinesa e da ascensão dos gestores como classe dominante no capitalismo de Estado chinês, João Bernardo caminhará em definitivo para práticas de um marxismo libertário. Com a publicação desse livro em 1975, o autor apresenta-se tanto teoricamente como politicamente, como uma das mais originais expressões do marxismo português no contexto da Revolução dos Cravos (1974-1978).

Durante a Revolução dos Cravos, além do livro citado, João Bernardo publicou textos programáticos e textos de análise conjuntural nas Edições *Contra-a-Corrente* que o coletivo do jornal *Combate* organizara nas cidades do Porto e Lisboa no final de 1974. Foram publicados 31 textos (em forma de brochuras) e vários deles, de autoria de João Bernardo, foram, também, traduzidos na Inglaterra e na Espanha, caso, por exemplo, destes dois títulos: *Um ano, um mês e um dia depois. Para onde vai o 25 de abril? (Economia e política da classe dominante)* – que foi publicado em 26 de maio de 1975 e traduzido para o inglês em 12 de outubro de 1975, como: *Portugal: Economy and Policy of the Dominant Class. One year, one month and one day after: where is the 25 th. April going?* (28 p.). A brochura *Lutas sociais na China*, publicada em julho de 1976 (40 p.), foi traduzida para o espanhol com alguns acréscimos e publicada como livro *Lucha de clases en China (1949-1976)*. (Madrid: Zero-ZYX, 1977). Ressalve-se também que no coletivo *Combate* estavam presentes inúmeros colaboradores originários de outros países, casos do britânico Phil Mailer e do norte-americano Loren Goldner, sendo o primeiro, autor de um importante estudo historiográfico sobre os fatos acontecidos em Portugal na Revolução dos Cravos, e sob uma perspectiva comunista libertária. Trata-se do livro: *Portugal: A revolução impossível?* (Porto: Afrontamento, 1978).

Da década de 1970 até o presente momento, o autor deu sequência às suas pesquisas como historiador autodidata realizando-as em algumas das principais bibliotecas europeias (em França, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal). Esse trabalho

de pesquisa teve como resultado, nos últimos anos, um conjunto de obra teórica e obra historiográfica radicalmente coerente na sua integralidade com as práticas teórico-ideológicas desenvolvidas nas lutas políticas das décadas de 1960 e 1970. Não que isso signifique que o autor continue a defender canonicamente o mesmo programa comunista libertário de antes. O que quero afirmar é que o autor mantém, ao longo das últimas décadas, a mesma *atitude* intelectual, isto é, revisa e amplia as bases conceituais do modelo teórico anticapitalista que o seu marxismo heterodoxo propõe como interpretação das formas e práticas institucionais do capitalismo na sua experiência contemporânea de capital transnacionalizado.

É característica fundamental desse conjunto de obra a constante revisão-atualização pontual de alguns aspectos programáticos que, no entanto, não lhe altera o estatuto fundamental: manter estudos sistemáticos sobre as contradições do capitalismo estruturados teoricamente junto ao conceito de *exploração* e na redefinição (junto a Marx) do estatuto teórico da *mais-valia*, da *lei do valor* nas práticas institucionais do capitalismo contemporâneo. É nesse sentido que o autor procura desenvolver também uma agenda política que desvele permanentemente as contradições sociais imanentes às práticas institucionais da organização da exploração capitalista e essa agenda demarca-se pela defesa intransigente das lutas autonomistas dos trabalhadores oriundas dos laços de sua solidariedade e germinados nas práticas anticapitalistas, principalmente àquelas que se antepõem ao capitalismo dos sindicatos, uma das expressões máximas do capitalismo de gestores.

Como resultado desse percurso político, determina-se como central ao conjunto de seu pensamento e obra a caracterização histórica das práticas políticas dos *Gestores* como classe dominante na lógica da reprodução capitalista, classe dominante que se define historicamente no capitalismo ao lado (e depois se sobrepondo a ela) de outra classe dominante: a Burguesia, isto porque, como afirma a obra do autor, os Gestores são a expressão institucional do controle e organização da exploração

global capitalista sobre a força de trabalho assalariada. Assim, o capitalismo dos gestores e a consequente, porque obrigatória, redefinição do estatuto marxista da *Lei do Valor* são os emblemas-síntese da originalidade programática do marxismo de João Bernardo. Some-se a esses aspectos estruturais de sua obra a busca por uma reflexão epistemológica que se defina como modelo operacional de investigação global para as Ciências Sociais e Ciências Humanas em geral, centrada na explicação de como se estruturam e definem as práticas ideológico-institucionais dos indivíduos e das classes sociais na reprodução societária do capitalismo contemporâneo.

Numa rápida descrição do conjunto da obra, é possível verificar-se a coerência e articulação que lhe são imanentes em conjunto de três décadas de publicações. O conjunto da obra do autor tem diferentes tipos de publicações. Há títulos de *resposta conjuntural* que colocam em prática analítica o modelo teórico desenvolvido com mais detalhamento e rigor que outros títulos. Exemplos de trabalhos de conjuntura, de resposta política do intelectual em intervenção crítica aos problemas do capitalismo que lhe é contemporâneo, são os livros: 1) *O inimigo oculto: ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico* (Porto: Afrontamento, 1979); 2) *Crise da economia soviética* (Coimbra: Fora do Texto, 1990); 3) *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores anda há lugar para os sindicatos?* (São Paulo: Boitempo, 2000); e 4) *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana* (São Paulo: Cortez, 2004). Outros títulos marcam-se como obras de *investigação historiográfica*, é o caso da trilogia: *Poder e dinheiro: do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial. Séculos V-XV (03 volumes)* (Porto: Afrontamento, 1995, 1997 e 2002), e do estudo (sem similar na historiografia de língua portuguesa pela sua colossal pesquisa bibliográfica e envergadura conceitual) *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* (Porto: Afrontamento, 2003).

Nesses trabalhos, a originalidade do modelo marxista do autor mantém-se com toda a sua efetividade. Por exemplo, na última obra citada, o autor apresenta em centenas de páginas a demonstração historiográfica da ação de classe dos gestores ao

longo do século XX. Se em outras obras a discussão conceitual sobre os gestores como classe dominante no capitalismo aparece como estruturação teórica no embate conceitual interno do marxismo contemporâneo, neste livro, ao longo de suas 959 páginas, o que se observa é a demonstração historiográfica da materialidade da ação de classe dos gestores. O autor preparou esse livro ao longo de pelo menos duas décadas, seu rascunho, seu desenho inicial já estava apontado num ensaio que compõe uma das partes do livro *Capital, sindicatos, gestores* (São Paulo: Vértice, 1987), publicação essa que caracteriza outro tipo de publicações do autor, aquelas obras resultantes de *cursos* que ministrou no Brasil ao longo dos últimos 30 anos.⁷ A esse “tipo” de publicação soma-se também o livro *Estado: a silenciosa multiplicação do poder* (São Paulo: Escrituras, 1998). A esses três “tipos” de publicações acrescenta-se aquele conjunto de títulos que demarcam o núcleo duro, a centralidade do projeto teórico político do marxismo de João Bernardo, refiro-me aos trabalhos de *epistemologia*, em obras como: *Marx crítico de Marx: epistemologia, classes sociais e tecnologia* (03 volumes) (Porto: Afrontamento, 1977) e *Dialética da prática e da ideologia* (São Paulo: Cortez; Porto: Afrontamento, 1991).⁸ Nesses livros o

⁷ Com o fracasso da experiência política dos conselhos comunistas libertários na revolução portuguesa (1974-1978), João Bernardo depois de mais alguns anos de estudos em Portugal e em outros países europeus, decidiu-se a vir para o Brasil em 1984. Personagem fundamental para essa tomada de decisão foi o professor Maurício Tragtenberg que, naquela ocasião, orientava na PUC de São Paulo a dissertação de mestrado da professora Lúcia Bruno sobre a experiência coletiva do jornal COMBATE. Maurício Tragtenberg e Lúcia Bruno foram-lhe fundamentais para a vinda e estabelecimento no Brasil. Ao longo dos anos seguintes, João Bernardo apresentou seus trabalhos em inúmeros cursos que desenvolveu em programas de graduação e pós-graduação de várias universidades brasileiras (PUC/SP, PUC/RJ, USP, FGV/SP, UFMG, UFRS, UNICAMP, UNESP, UFSC, UFU, UFG entre outras). Em paralelo a essa atividade docente, o autor também ministrou vários cursos e participou de inúmeras atividades políticas vinculadas a sindicatos de trabalhadores brasileiros.

⁸ Esses dois títulos remetem-se diretamente a um artigo que o autor escreveu em 1971, quando do seu exílio político, e que só publicou em 1978, refiro-me ao texto: *Metodologia geográfica e crítica da geografia ideológica*. *Revista trimestral de histórias e ideias*, v. 01, Porto, Afrontamento, 1978, p. 53

modelo teórico do autor está configurado na sua estrutura básica, nos fundamentos epistemológicos de um marxismo radicado em articulada proposição heterodoxa porque asseverado por diálogo de revisão e contestação programática direta com os fundamentos da matriz marxiana e dos clássicos do marxismo contemporâneo, contudo, ainda assim, é no livro *Economia dos conflitos sociais* (São Paulo: Cortez, 1991; 2. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2009) que o modelo teórico-político do autor apresentase na sua totalidade, esta é a obra máxima do marxismo de João Bernardo. Os elementos de fundamentação epistemológica, a caracterização da economia política capitalista nos seus fundamentos básicos: *Condições gerais de produção, unidades de produção particular*, a lei do valor e a reproduzibilidade das taxas da mais-valia relativa, as formas tecnológicas de exploração dos tempos produtivos, a função do dinheiro, as classes do capitalismo (burguesia, gestores, proletariado), as formas das lutas anticapitalistas nos modelos dos marxismos das *forças produtivas* e no das *relações sociais de produção*, a historicidade institucional do poder político caracterizador na concepção de Estado no capitalismo (nas teses do *Estado restrito* e do *estado amplo*), em suma, nessa obra o sentido macroestrutural da totalidade conceitual do marxismo do autor aparece em toda a sua plenitude,⁹ e será com ela que apresento a seguir, de forma

– 89. O artigo publicado na íntegra, na sua versão de 1971 é precedido por uma importante nota introdutória onde o autor, já sob as perspectivas epistemológicas de 1977, apresentadas em *Marx crítico de Marx...*, redimensiona o sentido inicial daquele texto e as circunstâncias políticas que lhe motivaram a redação.

⁹ Alguns artigos publicados na década de 1980 antecipam os conteúdos desse livro síntese de 1991. Destaco três trabalhos: 1) O dinheiro: da reificação das relações sociais até o fetichismo do dinheiro. *Revista de Economia Política*, v. 03, n. 01, São Paulo, FGV, jan.-mar. de 1983, p. 53-68; 2) O proletariado como produtor e como produto. In *Revista de Economia Política*, v. 05, n. 03, São Paulo, FGV, jul.-set. de 1985, p. 83-100; 3) Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. *Revista Ensaio*, n. 14, São Paulo, Editora Ensaio, 1985, p. 85-104. Os conteúdos destes artigos, publicados sob as determinações políticas conjunturais, principalmente no que se refere ao papel dos sindicatos na organização do capitalismo brasileiro seriam amplamente desenvolvidos (com algumas revisões) em capítulos do livro *Economia dos conflitos sociais* (1991).

sintética, alguns dos principais elementos caracterizadores do marxismo bernardiano, destacando pelos propósitos deste dossiê os conceitos de Estado amplo e estado restrito, e o poder de classe dos Gestores como classe dominante capitalista.

Os Gestores e a integração econômica do Estado restrito e do Estado amplo.

O modo de produção capitalista é uma totalidade histórica hierarquicamente integrada nos seus processos produtivos. Das suas particularidades constitutivas, segundo João Bernardo, afirma-se a particularização produtiva das empresas (Estado amplo) e a integração das condições gerais de produção promovida pelos poderes públicos estatais (Estado restrito). Em cada um desses vértices institucionais determina-se historicamente uma classe dominante capitalista: a classe burguesa e a classe dos gestores.

Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores.¹⁰

As instituições capitalistas organizam-se em torno da produção e realização da mais-valia, o fundamento estrutural de todas as sociabilidades no capitalismo. Afirmar a concretude da mais-valia é afirmar historicamente a oposição e o conflito de classes, cada classe social afirma-se como tal em confronto com as demais. Nesse sentido, conforme o autor, “é pela sua comum oposição à força de trabalho que a burguesia e [os] gestores se classificam como classes capitalistas”.¹¹

¹⁰ BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 202.

¹¹ BERNARDO, João. *Ibidem*, 203.

É pela oposição-relação que entre si estabelecem que [burgueses e gestores] se definem como classes capitalistas distintas. [...] O que os caracteriza [os burgueses, J.A.] é organizarem processos particularizados e fazerem-no de modo a que esta particularização se reproduza. Ao passo que os gestores organizam processos decorrentes do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade com tal funcionamento. A integração na globalidade econômica ocorre tanto no nível da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, de que se encarregam mais diretamente os departamentos de pessoal nas empresas e os gestores que dirigem os sindicatos burocratizados; como no nível da organização material dos processos produtivos; como no nível da organização do mercado dos produtos. Em suma [...] a organização dos processos de trabalho e dos demais aspectos da vida econômica não é sinônimo de gestão. A gestão caracteriza aqui apenas a organização de atividades em função do seu caráter integrado.¹²

Não há, na obra do autor, qualquer perspectiva historiográfica que faça distinção formal entre política e economia ou os espaços institucionais da política e/ou da economia. Na sua concepção totalizante os processos institucionais do capitalismo determinam-se sempre como organizadores da exploração, assim, política e economia são práticas que se realizam ontologicamente numa mesma processualidade, qualquer processo de organização da exploração redundando em ação política entre os que organizam e os que sofrem as consequências dessa organização. Dessa maneira, a natureza histórica de uma empresa privada é a de realizar-se economicamente como ação política de exploração organizada, todas as empresas privadas são, portanto, um “Estado político”. Isso implica dizer que não há nas formações sociais capitalistas nenhum espaço institucional privilegiado de realização da política, a política é a organização econômica em realização.

Ao contrário de uma dualidade formal entre um Estado político e uma presumida sociedade civil, João Bernardo afirma que na

¹² Ibid., 1991, p. 203.

historicidade da integração econômica capitalista encontram-se dois tipos de Estado: o Estado restrito e o Estado amplo. Tipos de Estado que só podem ser percebidos relacionalmente porque expressão institucional da economia integrada. Nessas particularidades encontram-se as duas classes dominantes capitalistas: a burguesia e os gestores, e como percebido na citação anterior, a relação entre essas classes dominantes afirma-se como uma relação de oposição e, por essa característica de oposição, é que se afirmam como diferentes classes dominantes capitalistas. Duas classes dominantes capitalistas submetidas à universalidade da lei do valor (força de trabalho assalariada submetida à lógica de expropriação da mais-valia), a expressão histórica fundante do capitalismo.

Na forma como admito a integração econômica há apenas um lugar fundamental de inter-relação social, que é o da produção e extorsão de mais-valia. [...] A produção da mais-valia se encontra no centro da vida econômica e social.¹³

No marxismo de João Bernardo, a lei do valor é o epicentro conceitual fundamental que define e estrutura a originalidade do seu universo teórico. Já no seu primeiro livro encontramos a afirmação da lei do valor como uma lei de tendência, um princípio “que rege tanto o modo de produção como o desenvolvimento desse modo de produção, determinando-lhe na estrutura a própria mecânica do seu desenvolvimento”.¹⁴ Só há realização histórica da mais-valia quando o valor da força de trabalho passa a ser medido pelo tempo de trabalho nela incorporada. Assim, a exploração dos tempos produtivos da força de trabalho no capitalismo exige a realização de uma dupla determinação de práticas, determinação de relações sociais muito específicas.

¹³ Ibid., p. 229.

¹⁴ BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975, p. 13. “Na forma como admito aqui a integração econômica há apenas um lugar fundamental de interrelação social, que é o da produção e extorsão de mais-valia. [...] a produção da mais-valia se encontra no centro da vida econômica e social” (BERNARDO, João. [1991], p. 229).

O tempo de trabalho é a primeira determinação da lei do valor, isto é, o valor de um produto é o tempo de trabalho nele incorporado. Contudo, o processo de relações sociais que define os valores dos tempos de trabalho de um produto não se define isoladamente numa unidade de produção. Tais valores são também valores genérico-abstratos desses produtos frente à lógica global da concorrência produtiva entre as empresas como unidades produtoras. Se há uma realidade global que define os valores dos produtos produzidos, logo, a força de trabalho também está determinada a essa realidade geral. Percebe-se então, como fundamento estrutural da lei do valor, um mecanismo de “de elevação do particular ao geral”, termo esse que se definirá como outra determinação na lei do valor.¹⁵ O tempo da força de trabalho na unidade produtiva determina a existência de um produto e este determina o valor da força de trabalho como produto com um valor médio socialmente afirmado e a conclusão é a de que esse trabalhador afirmado como produtor é também um produto de realização da lei do valor. A dupla determinação da lei do valor pode então ser assim sintetizada:

Na sua primeira definição, a lei do valor era a lei da exploração da força de trabalho numa unidade de produção particular. Na sua nova determinação, a lei do valor é a lei da realização geral da exploração na produção generalizada das unidades de produção. Deste modo, a exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto vai realizar-se na procura de condições ótimas para a realização da mais-valia, resultantes da incorporação num produto de um tempo de trabalho inferior àquele que em geral é incorporado num produto do mesmo tipo.¹⁶

Descritas as determinações fundamentais da lei do valor, cabe afirmar como o autor pensa as relações sociais de produção constituidoras dessa processualidade institucionalizada. João

¹⁵ BERNARDO, João. Op. cit., p. 13-25.

¹⁶ Ibid., p. 20.

Bernardo tem como suposto que a historicidade do capitalismo sempre supõe um processo de integração global, não importando considerar aqui o alcance dessa integração. O fato é que para a existência de uma empresa, exigem-se sempre condições gerais de produção que garantam previamente, entre outros elementos, a existência da força de trabalho como produto.¹⁷ É uma impossibilidade histórica a existência de empresas isoladas. Na história das formações sociais capitalistas, a organização das condições gerais de produção é marcada pela ação institucional do Estado restrito, a ação institucional do poder público, termo esse que nos dificulta pensar como realidade fática a existência de um livre mercado centrado apenas na ação da livre concorrência entre empresas capitalistas. Assim, a existência das relações sociais de exploração no interior de uma empresa, sob a lógica da dupla determinação da lei do valor, afirma a constituição das relações sociais de integração, isto é: para que capital e trabalho realizem-se historicamente como exploração, é necessária a existência institucional de um processo produtivo integrado que faculte a existência da força de trabalho como produto social. O capitalista para se constituir ontologicamente como tal tem que encontrar na força de trabalho uma realidade (produto) já constituída.

Creches, escolas, hospitais são termos instituidores da força de trabalho. O capitalista compra, na força de trabalho, um produto pronto, criado e desenvolvido por outras institucionalidades que não a empresa e essas outras institucionalidades são as condições gerais de produção, logo, pensar-se a lógica interna de uma empresa é também pensar-se a lógica global da economia integrada.

Nesse sentido, o “livre mercado” de empresas isoladas em concorrência é um mito, é uma impossibilidade histórica. Encontra-se a burguesia na gestão e controle das unidades privadas de produção (empresas), e na gestão das condições gerais de produção encontramos o gestor. Contudo, o gestor também é

¹⁷ “A força de trabalho não é produzida exteriormente ao capitalismo, num âmbito privado. Ela é um produto capitalista, produzido no capitalismo”. BERNARDO, João. Op. cit., [1991], p. 74.

elemento axial na organização interna das empresas, o gestor nasce historicamente com a burguesia.

Durante muito tempo foram – e são em boa parte ainda hoje – os burgueses a deter a propriedade e o controle sobre as UPP [Unidades de Produção Particularizada] e a organizar aí os processos de trabalho precisamente em função do caráter particularizado de tais unidades econômicas. Mas esta preponderância burguesa não significa que não existisse, desde o início, lugar para os gestores. A particularização de modo algum implica qualquer completo isolamento; significa apenas, [...] que cada unidade econômica veicula os aumentos de produtividade exclusivamente ao longo da linha de produção em que diretamente se insere.¹⁸

Como a existência de uma empresa está determinada pela existência das condições gerais de produção, logo o caráter privado da mesma é determinado tão somente pela existência da burguesia como detentora proprietária do capital e controladora da organização ali envolvida, entretanto, o gestor também se faz presente no interior dessa empresa porque a sua particularidade como classe determina-se por suas funções de organizador da integração. Um engenheiro, por exemplo, dentro de uma fábrica tem funções de controle em função das condições macroestruturais envolvidas na produção ali particularizada. É o engenheiro-gestor quem garante as condições produtivas de concorrência, quem garante, portanto, as condições administrativas do controle dos tempos produtivos no interior da empresa diante da pressão concorrente das demais empresas envolvidas ao setor produtivo equivalente.

A burguesia define-se como classe dominante em “função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada”,¹⁹ por outro lado, o gestor define-se como classe

¹⁸ BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, p. 203, 1991.

¹⁹ *Ibid.*, p. 202.

dominante capitalista como o articulador do funcionamento da empresa em relação ao processo global das condições gerais de produção, portanto, como o articulador das melhores condições tecnológicas da produção para a efetivação e realização da mais-valia relativa. Um engenheiro controla o tempo produtivo da força de trabalho assalariada, um engenheiro-gestor pode ser assalariado, mas por ser controlador da autoorganização produtiva da empresa é uma das engrenagens fundamentais para a existência da lei do valor e, além disso, quanto mais se desenvolve o sistema produtivo capitalista, mais integrado estará com o seu saber tecnológico o que lhe significará maior poder na condução do processo de extração da mais-valia. Em suma, com a expansão global do capitalismo, o gestor torna-se crescentemente a classe dominante capitalista hegemônica por sua natureza estrutural de agente de integração, como afirma o autor,

quanto mais a economia se desenvolve e se integra, mais se consolidam os gestores, que nessa integração fundamentam precisamente a sua existência. São a classe capitalista que, contemporânea da gênese deste modo de produção, expande-se e reforça-se com o crescimento econômico, confundindo-se com ele o seu eixo de evolução.²⁰

A burguesia nas suas institucionalidades privadas tende historicamente a ser uma classe dominante em extinção, aspecto globalmente acentuado a partir da década de 1930 quando se percebe como tendência histórica geral, o processo de transformação administrativa no interior das empresas alterando o estatuto de unidades produtivas privadas familiares a unidades produtivas de capital aberto. Acionistas em empresas de capital aberto não são burgueses. A transformação histórica da burguesia proprietária em rentista representa uma inferiorização histórica como classe porque perdeu o controle do processo de trabalho, que é, conforme João Bernardo, o “mecanismo motor de toda

²⁰ Ibid., p. 216.

a sociedade”. Apenas quem detém o controle e a organização do processo produtivo, do ponto de vista daqueles submetidos a tal lógica institucional (a força de trabalho assalariada), é que se constitui como classe dominante capitalista.²¹ Com a transnacionalização do capital, afirmam-se os gestores como classe dominante capitalista subordinando a esse processo de expansão a lógica institucional de burguesias nacionais-locais. Se pudesse fazer uma inferência com o argumento do autor, diria que nas últimas décadas a burguesia determina-se historicamente como classe dominante-subordinada.

Cumprir descrever como o autor define as condições gerais de produção (CGP) como o termo fundante da reprodutibilidade capitalista e o papel institucional dos gestores na organização delas. Descrever a organização das CGP é descrever a ação institucional do Estado restrito. Somente da ação do Estado restrito é que se poderão efetivar as condições de existência das empresas (Estado amplo).

A função central desempenhada pelas CGP na integração econômica requer a sua relação, no nível superestrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora. Numa fase em que a dispersão interna do Estado Amplo o fragmentava, sendo, portanto impossível prosseguir no seu âmbito uma ação coordenadora, era ao Estado Restrito que ela se devia.²²

Ressalve-se que o autor não tem uma perspectiva dual de Estado. Estado restrito e Estado amplo são expressões institucionais que universalizam uma só realidade: a exploração e a extorsão da mais-valia. Essa realidade fundante do capitalismo é percebida em particularidades processuais, assim, Estado restrito e Estado amplo são a concepção histórico-política do Estado capitalista que universaliza a exploração, que autoorganiza as classes dominantes em detrimento da hetero-organização

²¹ Ibid., p. 214.

²² Ibid., p. 165.

(fragmentação) dos trabalhadores²³ e nunca locais privilegiados de realização institucional da política. E não se trata por isso de uma concepção economicista de Estado, ao contrário, o aspecto a reiterar como epicentro fundamental da concepção de história do autor são as relações sociais de produção na realização da exploração capitalista. Diante da centralidade histórica da lei do valor, Estado restrito e Estado amplo são particularidades institucionais que universalizam a exploração. Não está presente no autor qualquer argumento que reitere como termos fundacionais presumidas esferas públicas e/ou privadas do social como instâncias autônomas.

Quais seriam então as determinações fundacionais do Estado Restrito? Estabelecer-se como o aparelho coordenador e controlador das CGP e assim também unificar o sentido produtivo das empresas (Estado Amplo).

Neste último caso, tais empresas particulares, embora mantendo-se formalmente o nível do Estado Amplo, a que pertenciam, entravam em relações de tipo especial com o Estado restrito, que nelas podia intervir na medida em que fiscalizava em última instância o funcionamento das CGP e controlava-as indiretamente.²⁴

É no âmbito da ação institucional do Estado restrito que a burguesia pôde se organizar como classe, mas as práticas

²³ O autor afirma: “não existe no Estado capitalista qualquer lugar neutral, nenhuma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações que persistam ao longo do tempo. Muito mais do que um conjunto de instituições, funcionando como aparelho ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. [...] O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade actual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora”. BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Afrontamento, 2003, p. 26.

²⁴ BERNARDO, João. Op. cit., 1991, p. 164.

institucionais do Estado restrito não podem ser percebidas como práticas *burguesas*, ao contrário, a ação institucional do Estado Restrito determinar-se-á por práticas de gestão tecnocrática, pela ação dos gestores na organização das CGP.

Afirma, o autor, que as CGP não se limitam ao que comumente se denomina como “infraestruturas” porque envolvem todo o campo tecnológico em que estão articuladas as relações sociais de produção. Isso significa dizer que é no âmbito das CGP que se definem os investimentos e modelações tecnológicas fundamentais para a garantia da realização da mais-valia relativa na esfera do Estado amplo. Enquanto as empresas capacitam-se em concorrência tecnológico-produtiva nos limites dos seus setores de investimento, são as CGP quem garantem a disseminação das tecnologias ao amplo lastro produtivo da sociedade, é na esfera das CGP que a força de trabalho se qualifica ou requalifica. Para melhor elucidar a questão e perceber-se a ação tecnocrática dos gestores, descrevo a seguir de maneira bastante sumária os principais tipos que definem, para o autor, a universalidade das CGP e a ação do Estado restrito.

Nas *condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho*, o autor encontra o sentido institucional das creches e dos demais estabelecimentos de ensino formadores de novas gerações de trabalhadores. Aqui se inserem também as infraestruturas sanitárias e hospitalares. As *condições gerais da realização social da exploração* seriam as formas institucionais repressivas que garantiriam ao capital a não posse por parte dos trabalhadores dos produtos criados pelo seu trabalho e incluído como termo central dessa ordem repressiva estaria o sentido global do urbanismo.

As *condições gerais da operatividade do processo de trabalho* sintetizar-se-iam com os meios tecnológicos que afastam dos trabalhadores a sua capacidade de administração da produção sendo, portanto, instrumentos tecnológicos de efetivação da administração do capital sobre a força de trabalho. Tais meios tecnológicos seriam o produto estruturado através de institutos de investigação de pesquisa científica. Computadores e outras ferramentas de informática seriam tecnologias para

a administração como também para o armazenamento de informações e demais mecanismos de controle decisório. Nas *condições gerais da operacionalidade das unidades de produção* estariam as redes de energia, de comunicação e transporte, coleta de lixo e fornecimento de água, o que se conhece como infraestrutura básica.

Para definir as *condições gerais da operatividade do mercado*, o autor encontra os sistemas de divulgação e cruzamento de dados fundamentais para o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores, e como corolário dessas práticas, estariam, por fim aquelas *condições gerais da realização social do mercado* como a propaganda e o estímulo ao consumo, os elementos de condicionamento ideológico de estilos e padrões vida.²⁵ Com esta descrição estaria implícita a institucionalidade dos gestores na sociedade capitalista.

Para concluir, deve-se afirmar que o marxismo de João Bernardo sustenta-se por uma ordem teórica balizada pelo princípio da totalidade histórica. Não se trata de politicismo ou economicismo, mas um modelo interpretativo estruturado na universalidade capitalista das relações sociais de exploração e na lógica de produção e realização da lei do valor. Esse é o eixo histórico que baliza a proposição teórica do autor, somente a partir dele é que se depreende a análise historiográfica e se justificam as consequências explicativas da teoria.

Na raiz de todas as relações sociais capitalistas o autor percebe que uma classe dominante no capitalismo só se pode definir historicamente pela sua capacidade de autoorganização como tal e, principalmente, pela sua capacidade de impor a fragmentação dos trabalhadores. Com o que foi aqui sumariamente descrito pode-se perceber que, para o autor, os gestores são a única classe dominante capitalista que consegue historicamente universalizar tais procedimentos de controle. Os gestores são classe dominante por serem os organizadores da reprodução integrada e ampliada do capital, o termo central para o controle e organização institucional da sociedade.

²⁵ Id., pp. 159-161.



ARTIGOS

